

☐ **REQUERIMENTO** Número /XI (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número /XI (.ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da
Mesa

**Assunto: Ameaças à preservação do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e
Costa Vicentina**

Destinatário: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em visita ao PNSACV, o Bloco de Esquerda contactou com residentes do parque e com autarcas que revelaram muitas reservas a este plano de ordenamento, contacto este que permitiu a constatação de que as preocupações destas pessoas são legítimas. Desde logo, o plano em questão não inclui qualquer perspectiva ou programação de desenvolvimento local sustentável capaz de tirar vantagem das valias únicas e singulares existentes nestes territórios a favor das suas populações, como seja ao nível do turismo da natureza de pequena escala, do alojamento familiar, da visita guiada, da promoção dos produtos de origem local, da gastronomia, das tradições populares, entre outros. Por outro lado, o plano também coloca variadas condicionantes e restrições sobre a agricultura e pastorícia extensivas, à pesca local e ao turismo da natureza de pequena dimensão, permitindo, ao mesmo tempo, grandes empreendimentos turísticos e incentivando a agricultura intensiva no Perímetro de Rega de Mira, num claro atentado à biodiversidade, à qualidade dos solos e da água, para além da descaracterização da paisagem e desvinculação total com a economia local.

O PNSACV representa a existência de um importante património natural e cultural que deve ser preservado, assim como devem ser melhoradas as condições de vida das populações nele residentes, assegurando serviços e desenvolvendo actividades económicas que respeitem a conservação desse património.

O Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), aprovado recentemente, tem sido alvo de críticas por parte das populações residentes no parque e de autarcas. Nesse sentido, também o Bloco de Esquerda já apresentou um Projecto de Resolução que recomenda a suspensão e revisão do referido plano.

Várias são as ameaças constatadas à preservação e desenvolvimento sustentável do PNSACV, e referimos apenas algumas delas, entre Vila Nova de Milfontes e São Teotónio.

A Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Vila Nova de Milfontes foi instalada com uma grande proximidade do mar e está previsto um projecto de reconstrução da mesma, para o qual é necessário efectuar o levantamento arqueológico do sítio, onde são visíveis vestígios do período do Calcolítico. A ETAR nunca terá funcionado convenientemente, desde logo porque a sua dimensão parece ser insuficiente para que seja possível um eficaz processo de tratamento das águas residuais. Ora, o mau funcionamento da ETAR, agravado no Verão por um aumento de carga que chega a ser dez vezes mais que a população residente, implica o deficiente tratamento das águas que são descarregadas directamente no mar e consequentes riscos para a biodiversidade e conservação dos ecossistemas.

Numa praia próxima da ETAR, está uma embarcação naufragada em 1996, depois de ter sido classificada inexplicavelmente pelas autoridades marítimas e pelo Ministério do Ambiente como “resíduo sólido urbano” e até hoje se constata o abandono completo de responsabilidades a esse respeito.

Foi também assinalado que, segundo os pescadores, a poluição proveniente do complexo de Sines está a provocar alteração nos ecossistemas e a perda de biodiversidade, nomeadamente a total ausência da alga *Laminaria* num troço da zona costeira.

Também os largos hectares permitidos para a instalação de estufas no Perímetro de Rega de Mira se revelam um atentado à manutenção da qualidade dos solos, dos lençóis freáticos e, mais uma vez, à biodiversidade, além de que essa extensão ultrapassa os limites definidos pelo plano. Um dos casos flagrantes é a extensão de estufas próximas à Praia da Amália, onde, já agora, trabalham centenas de imigrantes e que implicaram a destruição de um pinhal para a produção agrícola intensiva, junto a uma linha de água que inevitavelmente transporta águas contaminadas pelos produtos fitofarmacêuticos até ao mar. No mesmo sentido, estão instaladas estufas muito próximas das praias do Carvalhal ou dos Machados.

Assinalamos ainda a destruição de dunas secundárias para cultivo de relvas pela empresa Camposol, cujo empresário Peter Knight afirma que o solo da Costa Vicentina “é do melhor que há para produzir relva” – relva esta que, à custa da destruição de um importante património natural, cobre os principais estádios de futebol portugueses e espanhóis.

O valor estético e natural deste território transforma-o num destino turístico de crescente procura, aumentando também a pressão urbanística sobre estas regiões. Alguns dos projectos turísticos e habitacionais aprovados antes da execução deste plano de ordenamento, colidem francamente com as preocupações de conservação atrás enunciadas e a necessidade de resolver os conflitos de interesses manifesta-se fundamental. Damos dois exemplos de empreendimentos desproporcionados: na freguesia de Longueira – Almogrove, está há vários anos licenciado um projecto que prevê a instalação de 1600 camas; na Praia dos Aivados, na freguesia de Vila Nova de Milfontes, existe a intenção de construir um empreendimento para o qual já foram referidas diferentes versões que vão desde a instalação de 700 camas até às 10000 camas.

Neste sentido, volta o Bloco de Esquerda a sublinhar a desadequação do Plano de Ordenamento do PNSACV e a necessidade de que seja dada uma resposta às preocupações das populações e que sejam conhecidos todos os projectos que põe em causa os objectivos ambientais e sociais do PNSACV.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento dos problemas de funcionamento da ETAR de Vila Nova de Milfontes e suas consequências ambientais? Que medidas já foram tomadas ou pensa tomar o Ministério no sentido de salvaguardar a qualidade das águas descarregadas no mar? Qual a opinião do Ministério acerca do plano de reconstrução da ETAR?
2. O que pensa o Ministério fazer no sentido de resolver o problema da embarcação naufragada, desde 1996, numa praia da freguesia de Vila Nova de Milfontes? Como explica o Ministério a designação de “resíduo sólido urbano” para a referida embarcação?
3. O que pensa o Ministério acerca da densidade de área permitida no Plano de Ordenamento do PNSACV para ocupação por estufas no Perímetro de Rega de Mira? Como pensa o Ministério resolver os problemas ambientais decorrentes da produção intensiva nestas áreas? E o que pensa o Ministério fazer para que inverter a lógica de produção intensiva em tão larga escala esgotando rapidamente os recursos naturais?

4. Conhece o Ministério a existência de extensas áreas de estufas fora do limite do Perímetro de Rega de Mira? Como prevê o Ministério que seja feita a fiscalização de tal incumprimento?
5. Conhece o Ministério os projectos de urbanização previstos para a área do PNSACV? Quais os estados dos mesmos em termos de aprovação ou rejeição?
6. Vai o Ministério rever o Plano de Ordenamento do PNSACV no sentido de responder aos problemas levantados pelas populações?

Palácio de São Bento, 31 de Março de 2011.

A Deputada

Rita Calvário